

DIVINA DE OLIVEIRA SANTOS

**UMA ANÁLISE DO CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM
AGROECOLOGIA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Belo Horizonte - MG

2014

DIVINA DE OLIVEIRA SANTOS

**UMA ANÁLISE DO CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM
AGROECOLOGIA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal De Minas Gérias da Cidade de Belo Horizontes, como requisito para obtenção de grau de Especialista em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Antunes Rocha.

Coorientadora: Prof.^a Msc. Daise Ferreira Diniz.

Belo Horizonte- MG

2014

DIVINA DE OLIVEIRA SANTOS

**UMA ANÁLISE DO CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM
AGROECOLOGIA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Monografia de Especialização em Educação do Campo para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Banca Examinadora:

.....
Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Antunes Rocha

.....
Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Almeida Martins

.....
Prof.^a Msc. Daise Ferreira Diniz

Conceito:

Minas Gerais, de de 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma Análise do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidaria e mostrar os entraves que ocorreram durante a execução do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Mato Grosso e a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) para 60 educandos (as) oriundos dos movimentos sociais no período de 2005 a 2010.

Para a realização desse estudo utilizamos a pesquisa documental e a bibliográfica, como instrumental de coleta de dados o questionário.

Mostram-se os entraves que permearam durante a execução do curso e apresentamos uma pesquisa que demonstra a insatisfação dos educandos (as) diante das dificuldades enfrentadas pelos mesmos, e finalizamos ressaltamos a luta e resistência dos educandos (as) que conseguiram terminar o curso com êxito.

Palavras-chave: educação do campo – entraves – resistência

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos e todas que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, onde os seres humanos possam ter direito uma educação de qualidade.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para que não desistisse nessa caminhada, que persistisse em busca dos meus objetivos;

Agradeço a compreensão e apoio da minha família, pelas ausências durante o curso;

Agradeço a amizade que construí ao longo do curso e ao aprendizado que cada um e cada uma me proporcionou, em especial a Turma “Carlos Eduardo Mazzetto”

Agradeço de modo especial a minha coordenadora professora Daise Ferreira Diniz pela sua dedicação e empenho em me conduzir nesse trabalho e a minha orientadora professora Maria Isabel Antunes Rocha;

Agradeço a acolhida de todos e todas da Faculdade de Educação, a todo o corpo docente que durante o Tempo Escola estiveram presentes nos transmitindo conhecimentos, e também a Marinalva Jardim Franca Begnani pelo apoio e compreensão nessa finalização do trabalho.

LISTA DE SIGLAS

CAMOSC – Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CRT – Contrato

DOU – Diário Oficial da União

EAFRC – Escola Agrotécnica Federal de Cáceres

EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural S/A

FAESPE – Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

TCU – Tribunal de Contas da União

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	10
1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	11
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.	11
1.1.1 Contextualização do PRONERA e da Educação no Campo no Brasil.....	14
1.1.2 O PRONERA	16
1.1.3 Contextualização do Estado de Mato Grosso	17
2 O CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA	19
3 ENTRAVES NO PERCURSO DO CONVÊNIO.	28
3.1 MUDANÇA DE INSTITUIÇÃO GESTORA.	28
3.2 ACÓRDÃOS 2008 E 2010.....	29
3.3 INSATISFAÇÃO DOS ALUNOS.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária realizado através do Convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Mato Grosso e a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) para 60 educandos (as) oriundos dos Movimentos Sociais no período de 2005 a 2010.

Neste trabalho aborda-se a proposta pedagógica do curso, a composição da grade curricular e as repercussões dos Acórdãos 2653/2008 e 3269/2010, que determinou tramites mais burocratizados para as ações do Programa de Educação da Reforma Agrária (PRONERA).

A importância do presente estudo reside no fato de que os impedimentos oriundos de denúncias contra a execução do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária para os movimentos sociais ter sido alvo de repercussão tanto local como Nacional. Estas denúncias resultaram no Acórdão nº 2653/2008 do Tribunal de Contas da União que paralisou os cursos do PRONERA em todo o País.

Sendo assim, resalto a relevância dessa análise para compreendermos o que de fato ocorreu durante a execução do Convênio.

O objetivo geral é fazer uma análise do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária e compreender os entraves que ocorreram durante a execução do Convênio.

O relatório de pesquisa aqui apresentado é composto de 3 capítulos. No Primeiro capítulo fazemos uma contextualização da questão agrária brasileira, e a educação do campo, para em seguida tratarmos do PRONERA no contexto da implementação do curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária, situamos o espaço geográfico onde aconteceu o Curso que é o Estado de Mato Grosso.

No Segundo capítulo falamos do curso, com sua proposta política pedagógica e as dificuldades enfrentadas durante a sua execução.

No terceiro capítulo descrevemos sobre os entraves que ocorreram durante o curso, mudança da Instituição Gestora, os Acórdãos de 2008 e 2010 e uma pesquisa que mostra a insatisfação dos alunos decorrente das situações adversas por eles enfrentadas.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo a metodologia que utilizamos foi a pesquisa documental, “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que denomina de fontes primárias”(LAKATOS: 2003,p.174) realizamos a pesquisa em documentos oficiais, ou seja, nos autos do processo do Convênio, documentos do Tribunal de Contas da União; também recorremos a pesquisa bibliográfica, “a pesquisa bibliográfica, ou pesquisa de fonte secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsos, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses.” (LAKATOS: 2003,p.183) como aporte teórico buscamos autores que estudam a temática da educação do campo e a questão agrária.

Utilizamos como instrumental de coleta de dados o questionário, “Questionários é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito.” (LAKATOS:2003, p.201) em um universo de 47 educandos (as) com uma amostragem aleatória simples onde 10 educandos (as) responderam perguntas referentes aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiro do Convênio e no final uma pergunta de livre escolha a qual deu margem para que os educandos (as) pudessem se expressar livremente.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo será contextualizada a questão agrária brasileira ao longo da História até a Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Institucionalização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e abordara sobre a implementação do curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária no Estado de Mato Grosso.

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.

A questão agrária no Brasil remonta a formação e estruturação de seu território, estando atrelado ao projeto de colonização adotado pelos portugueses. Caracterizado pela incorporação das terras, que se fez independentemente de serem inabitadas ou ocupadas por indígenas.

Segundo Medeiros (2003) não foi o modelo político que direcionou ao latifúndio e sim, o latifúndio que determinou as diretrizes políticas que orientaram a formação do Brasil. A autora ainda aponta que mesmo as pequenas propriedades que tinham sua produção voltada para a subsistência e que também contribuía para o abastecimento dos pequenos vilarejos, eram dependentes, do ponto de vista político, dos grandes proprietários rurais.

É neste contexto que se estabelece no Brasil uma extrema concentração fundiária juridicamente reforçada pelas leis das Terras de 1850. Trata-se de uma regulamentação que faz prevalecer o poder dos grandes proprietários, representando não somente o aprofundamento das desigualdades de concentração fundiária, como também criando condições que garantissem a sujeição do trabalho, ao ponto de demarcar o que podemos compreender como um novo tipo de escravidão moderna e métodos mais sutis de subjugação social.

A Lei das Terras vinculou a aquisição das terras por meio de sua compra, negligenciando o direito da posse, o que permite duas concepções fundamentais: a primeira é que a percepção sobre a terra adquiri traços capitalistas, no entanto, as relações de trabalho no campo se tornam ainda mais semelhantes àquelas vivenciadas no período feudal. A segunda, trata-se da descrição realizada por Martins - “[...] importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura”. (1979, p. 59)

Desse modo, a Lei de Terras torna as condições de trabalho no campo mais exploratórias e a vida dos trabalhadores rurais ainda mais subjugadas pelos desmandos do patrão.

A questão agrária percorre a história do Brasil como uma questão pendente. Tanto que, por exemplo, durante a década de 1930, o movimento tenentista eclode como uma força de contestação ao coronelismo e ao controle político dos eleitores por parte dos grandes proprietários de terra.

Entretanto, o fim do coronelismo e todas as suas ramificações na vida social, demandaria o fim do alicerce fundamental desse sistema: o latifúndio. De acordo com Virgínio Santa Rosa:

O sistema de grandes propriedades seria o responsável por dispersar populações, impedir o barateamento da produção por meio do aumento de mercados e retardar o progresso intelectual. (MEDEIROS apud ROSA, 1963)

Nas décadas de 1940 e 1950 por sua vez a questão agrária aparece justamente pela inexistência de políticas agrárias mais consistentes, ficando palidamente expressa com a criação da comissão nacional de política agrária e do serviço social rural que pouco contribuiu para a mudança da situação arcaica que predominava nas relações laborais no campo.

Neste mesmo período, o governo de Juscelino Kubitschek adotou o tema da reforma agrária mais como uma mudança no perfil tecnológico das formas de produção do campo, redirecionando, desse modo, a ênfase de cunho social, em projetos para mecanizar o latifúndio. Diferentemente do que ocorreu no ano de 1950, época que foi marcada por um inexpressivo movimento social em volta da questão da reforma agrária, o ano de 1960 demarcou uma demanda ampla por mudanças nas condições vivenciadas no meio campal, dessa maneira, tal tema se tornou uma proposta disputada por diferentes forças sociais da época.

Como descrito por Medeiros (2003) vários foram os fatores que contribuíram para isso: o crescimento e a relativa unificação política das lutas por terra em diversos pontos do país, o contexto interno de relativas liberdades democráticas, a conjuntura da guerra fria e o intenso debate sobre as condições para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Além do mais, a disseminação das concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB) propiciou a unificação dos diversos setores que confrontavam o sistema agrário do país, passando de conflitos fragmentados para uma luta uníssona.

Outro ponto ressaltado por Medeiros (2003) é o fato de que a indústria nacional ainda bastante concentrada na cidade de São Paulo ter vínculos de origem de capital e redes familiares com a grande propriedade, em especial a cafeicultura.

Grynszpan (2007) no que se refere à questão agrária, os primeiros anos do regime militar foram pródigos na produção legal e institucional, mas avaros na realização de resultados.

“Esgotando-se o milagre, algumas de suas grandes obras, como a Transamazônica, foram abandonadas e com elas, os projetos e agrovilas, obrigando seus trabalhadores a se dispersarem, retornando parte deles às suas regiões de origem, perdendo o que haviam investido” (GRYNSZPAN: 2007, p.331)

Em 30 novembro de 1964, é instituída a Lei nº 4.504 conhecida como o Estatuto da Terra e em seu artigo 1º assim diz: Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins, de Reforma Agrária e promoção agrícola.

Conforme Grynszpan (2007), O Estatuto da Terra ainda que reunisse instrumentos suficientes para a promoção de uma redistribuição da propriedade da terra, não foi o que se fez.

“A simples existência de um aparato legal que conferia direito aos trabalhadores rurais não significava, necessariamente, que fossem estes seguidos e respeitados”. (GRYNSZPAN:2007, p. 327)

Durante o regime militar, em um contexto de forte repressão, o debate sobre a reforma agrária foi abafado e as lutas por melhores condições no meio rural retornaram a ser mais dispersa e atomizada, sendo que o personagem principal dessa disputa por um pedaço de terra é a figura do posseiro que se encontrava acuado pelos grandes projetos do Estado no sentido de abrir as fronteiras do país para a ocupação

É também, nesse cenário, que a população indígena tem seu território demarcado pelo Estado e não mais pelas necessidades da tribo, conforme é descrito por Martins (1982):

[...] continuar a ser índio depende agora de criatividade, de encontrar soluções que permitam a sobrevivência num espaço que se tornou culturalmente limitado e se tornou, num certo sentido, branco. (MARTINS,1986, p. 35-36)

Na década de 1970 é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal instituto é uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criada a partir do decreto nº 1,110, de 09 de julho de 1970. Sua estrutura regimentar foi criada a partir do decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, com a redação alterada e atualizada pelo decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009. (Página Oficial do Incra)

O INCRA tem por missão principal promover a reforma agrária de maneira justa e sistematizada, a médio e longo prazo, manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e a comunidades rurais quilombolas.

Outra função do INCRA, enquanto órgão regulador, fiscalizador e gestor da reforma agrária é fiscalizar a função social dos imóveis rurais, de forma que contribua para a capacitação dos assentados promovendo uma produção agrícola e ecológica sustentável e viável de

acordo com a região em que ocorre esse fomento de produção. Assim, espera-se a sustentabilidade por meio da produção de alimentos e insumos, inserindo, dessa forma, os assentados numa cadeia produtiva, gerando a autossuficiência desses assentamentos.

Esse plano de ação se dará através da destinação de terras públicas, sejam elas destinadas às comunidades tradicionais quilombolas ou a assentamentos rurais, gerenciando a estrutura fundiária nacional, de maneira a legalizar terras dessas comunidades, conhecer a sua real extensão, cadastrar as famílias para que seja feita a inclusão delas em serviços e programas governamentais, cadastramento e certificação dos imóveis rurais, promovendo uma inclusão social e um desenvolvimento sustentável, além da identificação de terras particulares consideradas improdutivas, para que seja feita a intermediação entre proprietários e a União, visando a compra ou desapropriação dessas terras, para destinação a novos assentamentos. Dentre os seus programas encontra-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O PRONERA foi instituído em 16 de abril de 1998 através da Portaria nº 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, jovens e adultos, trabalhadoras e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

Em 2010 com a publicação do Decreto nº 7.352 o PRONERA ganha este *status* de política pública, fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio dos projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a coparticipação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

1.1.1 Contextualização do PRONERA e da Educação no Campo no Brasil

A partir dos anos de 1990, os movimentos sociais do campo e várias organizações da sociedade civil começaram um movimento pela educação básica do campo no Brasil; Nesse período vivíamos sob a simbiose do patrimonialismo e da ascendente neoliberal que começa a ser implantada no governo Fernando Collor e se efetiva no governo Fernando Henrique. As principais características eram: a ideia liberal clássica de neutralidade, uma visão instrumenta-

lista do aparelho político, o atraso agrário, uma noção capitalista de reforma agrária misturada com elementos oligárquicos do Brasil - Colônia (BIANCHETTI, 2005, p. 40).

A educação passa a ser percebida como mercadoria e influenciada pela lei da oferta e da demanda. Desta forma, não havia nenhuma sinalização concreta de políticas públicas para a educação do campo até a primeira metade dos anos 90.

Em 1998 realizou-se a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, na cidade de Luziânia - GO. A Educação Básica do Campo não pode ser vista sem a participação do movimento social existente no campo. É a partir das Pedagogias, dentre elas a Pedagogia da Alternância, construída pelo movimento que se compreenderá o fenômeno educativo camponês. As pedagogias dos gestos, do fazer, da construção coletiva falam mais do que qualquer teoria pedagógica pensada pelo cientificismo das estruturas educacionais. Para Arroyo:

(...) Os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas geradoras de processos participativos e mobilizadores. (1990, p. 09)

O processo de construção de um Projeto Popular Alternativo de Desenvolvimento para o Brasil requer novos valores éticos e culturais que precisam ser assumidos por todos; Compromissos com a soberania, com a solidariedade, com a sustentabilidade, com a democracia ampliada, e com a segurança alimentar.

Desta forma, a relevância do debate a respeito da política de Educação do Campo, no sentido de trazer à luz a construção de um novo modelo de sociedade.

A Educação do Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo. É, ainda, uma garantia para ampliar as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar/camponesa. Por isso o PRONERA vem fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas.

Durante décadas a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” da educação urbana. Esse tratamento teve um fundo de descaso e subordinação dos valores presentes no meio rural e marcava uma inferioridade quando comparado ao espaço urbano.

Por outro lado, os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica. É o cenário de uma série de lutas e embates políticos. É ponto de partida para uma série de reflexões sociais. É espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares. O homem e a mulher do campo, nesse contexto, são

sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais específicas e com dimensões diferenciadas em relação aos grandes centros urbanos. Assumir essa premissa pressupõe corroborar com a afirmação da inadequação e insuficiência da extensão da escola urbana para o campo. (SANTOS apud MARTINS, 2009).

Arroyo & Fernandes (1999) na Articulação Nacional Por Uma Educação Básica o Campo, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais. Historicamente percebemos que a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. Porém, na atual conjuntura, a educação “do” campo, estreita laços com inúmeros projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional (Santos apud SOUZA & REIS, 2009).

Conforme Caldart (2007) a educação do campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para as comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

1.1.2 O PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso começou em 1998 e ao longo desse período teve como parceira a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) na implementação de cursos como Agronomia, Pedagogia da Terra, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Residência Agrária.

Na presente pesquisa iremos mostrar os entraves que permearam durante a execução do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sócioeconomia Solidária realizado no período de 2005 a 2010 em parceria com a UNEMAT. Criado por meio do Convênio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com a UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso) com recursos do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e que culminou com a formação de 47 engenheiros (as) agrônomos (as); numa região que guarda peculiaridades em sua estrutura sócio política e econômica.

1.1.3 Contextualização do Estado de Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso é o terceiro maior do país em superfície. Possui área de 906.806,9 km² (segundo o IBGE). Situa-se a oeste da região Centro-Oeste. A maior parte de seu território é ocupado pela Amazônia Legal. Tem como limites Amazonas e Pará a norte; Tocantins e Goiás a leste; Mato Grosso do Sul ao sul; Rondônia e Bolívia a oeste.

Sua economia se baseia na agricultura, na pecuária, na mineração e na indústria. Mato Grosso é um dos principais produtores e exportadores de soja do Brasil.

No tocante a esse aspecto nas duas últimas décadas, os tratores, as colheitadeiras, os adubos químicos, os pesticidas e as rações invadem a paisagem brasileira e sobre tudo a mato-grossense, modificando antigas formas de produção.

“Dessa forma, o capitalismo vai penetrando no campo, aumentando o preço da terra, exigindo do produtor recursos financeiros para adquirir novas tecnologias e adequar seus produtos aos novos padrões exigidos pelo mercado”. (PIAIA. 2003, p.38)

É o Estado onde predomina o Agronegócio. Na concepção de Fernandes (2008) Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistema que contém, inclusive, a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para a exportação. (FERNANDES, 2008).

“O Agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está nesse espaço é sugado pela ideologia do Agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.” (FERNANDES. 2008, p.49)

Conforme retrata Maria Inês Piaia em sua obra Geografia de Mato Grosso “os agricultores que permanecem no campo são os que têm propriedade razoável e conseguem os créditos

agrícolas, tendo estrutura suficiente para desenvolver a produção, pagar os bancos, progredir e capitalizar-se.” (2003, p.38)

De acordo com Fernandes (2008) O agronegócio ao mesmo tempo que avança está também agonizando, esse modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornado uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo uma outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais.

Esse modelo agrícola hegemônico hoje no Brasil tem como base técnico-científica a chamada revolução verde, que disseminou amplamente o país a partir da segunda metade do século XX, transformando radicalmente as paisagens.

“O avanço do agronegócio no Brasil se fez com a substituição de ecossistemas naturais por monocultivos e com a expulsão de populações tradicionais dos territórios, causando grande destruição de agroecossistemas diversificados, construídos ao longo de séculos por essas populações” (CALDART. 2012 p.67)

Contrapondo a esse tipo de produção em larga escala, surge um outro tipo de produção que é a Agroecológica que fornece as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, a fim de sejam produtivos e sustentáveis, e garantam, hoje e no futuro, as condições para que a humanidade tenha alimentos, fibras, plantas medicinais, aromáticas e cosméticas, madeira, água, ar puro, solos e paisagens protegidas. No Brasil, a contestação à Revolução verde surgiu no final da década de 1970, mas foi no final da década de 1990 e início de 2000, que os movimentos sociais do campo, em especial aqueles vinculados à Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política e passaram a dar contribuições importantes.

“A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda vida, sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana”. (CALDART. 2012 p.64)

2 O CURSO DE AGRONOMIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo será discorrido sobre a execução do curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sócioeconomia Solidária em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

No Termo de Convênio (INCRA,PRONERA,CRT/MT/008/2005 P.376 a 386) às fls.376 a 386 nos autos do processo constam na cláusula primeira do objeto: O presente Convênio tem por objeto a realização do Curso de Agronomia para 60 (sessenta) jovens e adultos, reconhecidos pelo Incra como assentados nas áreas de Reforma Agrária dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Paraná, conforme constam no Projeto “Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sócio Economia Solidária aprovado pela Coordenação Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em reunião realizada no dia 17/02/2005 e teve como parecerista o Prof.º Dr.º Bernardo Mançano Fernandes.(INCRA,PRONERA,CRT/MT/008/2005 P.376 a 386)

Às fls.22 dos autos constam a justificativa do Curso para o atendimento dos anseios dos movimentos sociais ligados às comunidades rurais, quanto à necessidade de formação profissional em terceiro grau para trabalhadores rurais que vivem em projeto de Reforma Agrária. (INCRA, PRONERA/CRT/MT/008/2005 P.22)

O enfoque técnico do curso, calcado na Agroecologia se justifica por este modelo produtivo ter por base o “etnoconhecimento”, a “biodiversidade” e a “produção em cenário de escassez” o que conduz à redução da dependência do campo em relação aos fornecedores externos de crédito, insumos, energia, informações e serviços, e que permite produções crescentes autos sustentáveis, por ser ecologicamente prudente, socialmente equitativa, sanitariamente sadia, politicamente inclusiva, tecnicamente construtiva, paradigmaticamente sistêmica e economicamente viável.

Consta como objetivo do curso o oferecimento de uma graduação de Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sócio Economia Solidária, para trabalhadores vinculados aos movimentos sociais de assentamentos rurais, na perspectiva de formar profissionais voltados para os problemas e potencialidades regionais, focados na práxis da agricultura familiar de assentamento da Reforma Agrária, buscando suprir a carência de profissionais tecnicamente preparados para atuar de forma competente e comprometida junto a este segmento da agricultura brasileira, a partir de uma nova matriz paradigmática.

Preparar agrônomos aptos para o trabalho de pesquisa e extensão com a agricultura familiar e camponesa; formar profissionais que desenvolvam de forma construtivista, alternativas de produção que contribuam para a melhoria de vida nas áreas de assentamento e agricultura familiar; preparar técnicos que desenvolvam pesquisas compatíveis com as potencialidades e limitações da agricultura familiar e camponesa, levando em conta os cenários as demandas de produção, respeitando a capacidade de suporte dos agroecossistemas e capacitar profissionais para elaborar projetos e gerar subsídio técnicos para o trabalho de assistência técnica e extensão rural.(INCRA, PRONERA,CRT/MT/008/2005 P.23)

A meta geral do curso consiste em formar 60 alunos em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Economia Sócio Solidária, ligados aos movimentos sociais envolvidos com a Reforma Agrária da Região Centro-Oeste em um período de 5 anos (60 meses).

Os indicadores de resultado qualitativos têm por base a apresentação de um relatório supervisionado, pautados nos conteúdos e atividades desenvolvidas durante o período, aliado às experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos educandos, (as) no intuito de formar profissionais com capacidade de pesquisar, desenvolver e implementar tecnologias agropecuárias e de agregação de valor, compatíveis com o processo social, econômico, político, cultural e ambiental da agricultura familiar e camponesa; com habilidade para identificar problemas-potencialidades que afetam o desenvolvimento da comunidade e de forma de organização coletiva para construir soluções factíveis e autossustentáveis e estejam comprometidos com a ética de atuação profissional e com as organizações democráticas vividas nos movimentos sociais.

No tocante as metas quantitativas pretendeu-se compor uma turma com 60 educando por meio de processo seletivo nas dependências da UNEMAT. Inicialmente pretendeu-se oferecer 6 (seis) bolsas de estudos mediante seleção a ser realizada pela Coordenação do Projeto e formação- acompanhamento feito pelos professores das disciplinas.

O quadro docente será composto por indicação e seleção, pela UNEMAT e MST a partir do quadro de pessoal ativo (efetivos, substitutos, visitantes e voluntários).

Acompanhamento Pedagógico se processaria pelo sistema de avaliação do curso prevalecerá à construção de conhecimentos, em detrimento ao repasse de informações, sendo pautado a parti da problematização da vivência do grupo. O fundamental é o desenvolvimento do aluno no decorrer do processo educativo, levando-se em consideração as condições iniciais, os objetivos e metas propostos pelo Projeto.

O referencial teórico- metodológico norteador da Proposta Pedagógica consiste em um curso de graduação, nível bacharelado com duração de 5 anos, seguindo o regime de alternân-

cia, com etapas de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) no campo, com duração de no máximo 90 dias. Com isso o curso possuirá 10 módulos presenciais de 60 a 80 dias cada.

O Regime de Alternância- é um dos elementos constitutivos deste projeto, pois garante que os educandos passem parte do tempo na escola e outro na comunidade de origem, ou em sua propriedade. É um dos elementos importantes, pois garante ao trabalhador do campo o acesso à escola sem abandonar o trabalho da produção, sua comunidade. Esta é uma das metodologias que mais se aproximam das necessidades da agricultura familiar e camponesa, preservando o seu vínculo com o mundo rural e sua cultura, com isso espera-se que sejam reduzidos os níveis de abandono do campo por parte do participante após a conclusão do curso.

No tocante aos fundamentos profissionalizantes, o curso visa superar as limitações decorrentes do enfoque disciplinar e reducionista pela ciência agrária convencional. Formar profissionais autônomos, capazes de aprender a aprender de serem criativos e empreendedores. Superar limitações implantando uma nova orientação a partir de uma abordagem holística da realidade.

Os Pilares Estratégicos do curso estão voltados para a realização concreta da maioria dos agricultores, contemplando além da formação básica e generalista, as peculiaridades regionais nas quais estes estão inseridos, visando: contribuir para a agregação de valores aos produtos gerados e formar profissionais competentes para aplicarem os princípios de sustentabilidade nos processos produtivos, nas relações comerciais e na segurança e soberania no abastecimento.

Tem ainda como eixos norteadores as bases técnicas os princípios da “Agroecologia” e as bases paradigmáticas da “Sustentabilidade Social-Ambiental- Econômica da Agricultura Camponesa e Familiar”.

Consta nos autos do convenio os seguintes Procedimentos Operacionais:

Etapas	Descrição	Detalhamento
Organização	<ul style="list-style-type: none"> - estruturação geral - compra de materiais - organização das equipes de apoio - sistema de alimentação - sistema de alojamento - sistema de deslocamento - sistema de apoio (saúde-segurança-lazer-comunicação etc.) 	De 16 de março de 2004 a 10 de fevereiro de 2005.

	- estrutura organizacional do curso.	
Etapa Preparatória	- organização do corpo docente - capacitação do corpo docente - revisão da educação básica - processo seletivo - cadastramento - matrícula - oficina de abertura (integração, autoco-nhec.)	De 11 de fevereiro a 26 de feverei-ro de 2005.
Módulo 1	- processo seletivo Período com: 390 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 17 de maio a 16 de julho de 2005.
Módulo 2	Período com: 390 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 19 de setembro a 13 de novem-bro de 2005.
Módulo 3	Período com: 390 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 23 de janeiro a 18 de março de 2006
Módulo 4	Período com: 420 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 17 de julho a 09 de setembro de 2006.
Módulo 5	Período com: 480 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 22 de janeiro a 14 de março de 2007.
Módulo 6	Período com: 390 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 16 de julho a 08 de setembro de 2007.
Módulo 7	Período com: 480 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 21 de janeiro a 15 de março de 2008.
Módulo 8	Período com: 420 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 14 de julho a 05 de setembro de 2008.
Módulo 9	Período com: 420 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 19 de janeiro a 14 de março de 2009.
Módulo 10	Período com: 270 h/aulas Relatório e Prestação de Contas	De 13 de julho a 05 de setembro de 2009.

Convênio CRT/MT/008/2005

No item seguinte do documento estão detalhadas as atividades conveniadas:

Atendendo a necessidade de organização, formação inicial e contato múltiplo, a UNE-MAT, os Movimentos Sociais envolvidos no projeto e o INCRA/MT realizarão uma etapa preparatória, com um seminário para debater o Projeto, bem como contextualizar a realidade dos educandos, para juntos definir as diretrizes do processo pedagógico, vislumbrando alcançar objetivos e metas propostos.

As atividades propostas para cada TE/ etapa de 60 – 90 dias, dispendo de 45 h/aulas/semana durante dois a três meses consecutivos, onde serão desenvolvidas atividades teóricas a serem realizadas nos espaços adequados a EAFC (Escola Agrotécnica Federal de Cáceres), localizada no Município de Cáceres, distante 6 Km do centro da cidade, bem como as aulas de campo e práticas laboratoriais em espaços didáticos-experimentais da EAFC, da UNEMAT e outros (EMPAER-MT, empresas, mercados, unidades de produção etc.). As aulas práticas serão divididas em turmas de até 20 (vinte) educandos e as aulas práticas de campo ocorrerão a partir de viagens-visitas-contatos, em locais a serem definidos pela coordenação, docentes e discentes.

Paralelamente, haverão ciclos de palestras, debates, oficinas e minicursos abrangendo temas correlacionados aos conteúdos do Curso ministrados por educadores reconhecidamente capacitados.

Será constituído um colegiado de curso, tendo como membros o Coordenador Geral do Projeto, o Supervisor Pedagógico da UNEMAT, o Supervisor Pedagógico do PRONERA, três representantes docentes do curso que sejam do quadro da UNEMAT, coordenação pedagógica do curso e quatro representantes discentes, cabendo-lhes o acompanhamento didático-pedagógico do curso, bem como as decisões deliberativas e consultivas setoriais, baseado nas Normas do Sistema Acadêmico da UNEMAT. O Coordenador Geral do Projeto será o Coordenador nato do Colegiado.

Afim de possibilitar melhor compreensão da organização curricular do curso estudado reproduziremos a baixo a proposta contida nos autos do convenio CRT/MT/008/2005

O currículo do curso aqui proposto foi estruturado segundo a Legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, as necessidades do público envolvido, as resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE que determinam a duração e os conteúdos mínimos para o curso, observando diretrizes do CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geografia).

Os temas geradores de cada módulo deverão ser acordados a partir de problematizações desenvolvidas pelos participantes. Em torno de cada tema serão montados projetos a serem desenvolvidos em grupos de aprendizado.

O curso será integralizado em 5 anos (60 meses), composto de 10 módulos, com a seguinte carga horária:

RESUMO (10 módulos):

Núcleos	Créditos*	Carga Horária	Proporção
Núcleo de Conteúdos Básicos (NCB)	63.9.5	1.290	32,8%
Núcleo de Conteúdos Essenciais (NCEss)	67.6.27	1.590	40,4%
Núcleo de Conteúdos Específicos (NCEsp)	46.3.18	1.050	26,8%
Total	176.18.50	3.930	100,0%

*Créditos equivalentes a:

1=15 horas/aula teóricas – 1=30 horas/ aula práticas – 1= 15 horas/aula práticas de campo

MATRIZ CURRICULAR: Disciplinas Obrigatórias

MÓDULO 1 – TEMA 1:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
1	Física Geral	2.1.0	NCB	60
2	Matemática	4.0.0	NCB	60
3	Biologia Geral	1.1.1	NCB	60
4	Química Geral	2.1.0	NCB	60
5	Psicologia de Aprendizagem	2.0.0	NCB	30
6	Botânica Geral	2.1.0	NCB	60
7	Língua Portuguesa	4.0.0	NCB	60
Total				390

MÓDULO 2 – TEMA 2:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
8	Zoologia Geral	2.1.0	NCB	60
9	Ecologia Geral	3.0.1	NCB	60
10	Psicologia de Aprendizagem	2.0.0	NCB	30
11	Estatística Básica	4.0.0	NCB	60
12	Sociologia do Conhecimento	4.0.0	NCB	60
13	Bioquímica Geral	2.1.0	NCB	60
14	Microbiologia Geral	2.1.0	NCB	60
Total				390

MÓDULO 3 – TEMA 3:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
15	Anatomia Vegetal	2.1.0	NCB	60
16	Agrogeologia	3.0.1	NCB	60
17	Desenho Técnico	2.1.0	NCB	60
18	Filosofia da Ciência e Ética	4.0.0	NCB	60
19	Pedologia	3.0.1	NCB	60
20	Taxonomia de Plantas	3.0.1	NCB	60
21	Psicologia de Aprendizagem	2.0.0	NCB	30
Total				390

MÓDULO 4 – TEMA 4:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
22	Genética Básica	4.0.0	NCB	60
23	Iniciação a Metodologia Científica e Orientação de TCC	4.0.0	NCB	60
24	Sociologia Rural	3.0.1	NCEss	60
25	Topografia e Geoprocessamento	2.1.0	NCEss	60
26	Fisiologia Vegetal	2.1.0	NCEss	60
27	Antropologia Social	3.0.1	NCEss	60
28	Fertilidade de Agroecossistemas e Nutrição de Plantas	2.1.0	NCEss	60
Total				420

MÓDULO 5 – TEMA 5:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
29	Zootecnia Geral	3.0.1	NCEss	60
30	Entomologia Geral	2.1.0	NCEss	60
31	Tópicos Epistemológicos e Didáticos	3.0.1	NCEss	60
32	Estágio Supervisionado I	0.0.4	NCEss	60
33	Geografia Agrária	4.0.0	NCEss	60
34	Experimentação Agrícola	3.0.1	NCEss	60
35	Agroecologia I	3.0.1	NCEss	60
36	Meteorologia e Climatologia Agrícola	3.0.1	NCEss	60
Total				480

MÓDULO 6 – TEMA 6:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
37	Trabalho de Conclusão de Curso I	2.0.0	NCEss	30
38	Fitossanidade	1.1.1	NCEss	60
39	Microbiologia Agrícola e do Solo	1.1.1	NCEss	60
40	Melhoramento Genético	3.0.1	NCEss	60
41	Conservação do Solo, Água e Biota	3.0.1	NCEss	60
42	Produção de Oleráceas Tropicais	3.0.1	NCEss	60
43	Hidráulica, Irrigação e Drenagem	3.0.1	NCEss	60
Total				390

MÓDULO 7 – TEMA 7:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
44	Forragicultura e Manejo de Pastagem	3.0.1	NCEss	60
45	Pedagogia Social	3.0.1	NCEss	60
46	Hidráulica, Irrigação e Drenagem	3.0.1	NCEss	60
47	Forragicultura e Manejo de Pastagem	3.0.1	NCEss	60
48	Produção de Fruteiras Tropicais	3.0.1	NCEss	60
49	Estágio Supervisionado II	0.0.4	NCEss	60
50	Máquinas e Mecanização para a Agricultura Camponesa	3.0.1	NCEss	60
51	Agroecologia II	3.0.1	NCEss	60
Total				480

MÓDULO 8 – TEMA 8:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
52	Pesquisação e Extensão Rural	3.0.1	NCEss	60
53	Produção de Cereais e Oleoginosas	3.0.1	NCEsp	60
54	Manejo de Plantas Adventícias	3.0.1	NCEsp	60
55	Produção de Plantas Medicinais, Condimentares, Corantes e Aromáticas	3.0.1	NCEsp	60
56	Produção Animal I*	3.0.1	NCEsp	60
57	Pós-colheita e Processamento de Produtos de Origem Vegetal	3.0.1	NCEsp	60
58	Edificações Rurais	3.0.1	NCEsp	60
Total				420

*Suinocultura, Avicultura, Piscicultura.

MÓDULO 9 – TEMA 9:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
59	Estágio Supervisionado III	0.0.4	NCEsp	60
60	Sistemas Agroflorestais	3.0.1	NCEsp	60

61	Produção de Sementes e Mudas	3.0.1	NCEsp	60
62	Energia Rural Alternativa	2.1.0	NCEsp	60
63	Planejamento e Administração Rural	3.0.1	NCEsp	60
64	Cooperativismo e Associativismo Solidários	3.0.1	NCEsp	60
65	Produção Animal II	3.0.1	NCEsp	60
Total				420

MÓDULO 10 – TEMA 10:

Ordem	Disciplina	Créditos	Núcleo	C.H.
66	Produção de Culturas Perenes e Industriais	3.0.1	NCEsp	60
67	Processamento de Produtos de Origem Animal	2.1.0	NCEsp	60
68	Comercialização e Mercados Solidários	3.0.1	NCEsp	60
69	Legislação Agrária e Ambiental	4.0.0	NCEsp	60
70	Trabalho de Conclusão de Curso II	0.0.2	NCEsp	60
Total				270

CONVÊNIO (CRT/MT/008/2005)

O Convênio (CRT/MT/008/2005) foi publicado no DOU de 09/09/05 (fls.434 dos autos). A FAESPE – Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, é a interveniente da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, este Convênio foi feito com a FAESPE que recebeu a **primeira parcela** em 29/11/05 no valor de **R\$ 176.452,20** (Cento e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), conforme Ordem Bancária 2005OB901646(fl.439)

A **segunda parcela** foi paga em 08/09/06, no valor de **R\$ 183.064,44** (cento e oitenta e três mil, sessenta e quatro reais e quarenta e quatro reais) conforme Ordem Bancária 2005OB901776 referente aos exercícios de 2005 e 2006, conforme Plano de Trabalho (fls.450 e 451) do processo. (INCRA, PRONERA, CRT/MT/008/2005 P.450 e 451)

Às fls.1650 a 1664 dos autos do processo encontramos o relatório técnico de acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Convênio, feito pela Asseguradora **T.R.B.** Onde em visita em *in loco* constatou que havia 60 alunos matriculados e frequentando as aulas, oriundos de projetos de assentamentos, pré - assentamento. Resumindo se assim. (INCRA, PRONERA/CRT/MT/008/2005 P.1650 a 1664)

Estado de origem	Nº de alunos
Mato Grosso	27
Minas Gerais	04
Rondônia	11
Goiás	07
Mato Grosso do Sul	06
Distrito Federal	02
Paraná	03
Total	60

De acordo com a tabela acima pode constatar que os alunos que participaram do processo seletivo e fizeram a matrícula no curso, são procedentes dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Paraná.

A Metodologia que a Asseguradora aplicou no acompanhamento das atividades foram: Pesquisa documental por meio dos diários de classe, plano de ensino e relatórios das atividades realizadas fornecidas pela Coordenação do Curso.

Os Módulos aferidos foram: **Módulo I até o Módulo IV**. Concluindo o relatório de acompanhamento foram feitas as seguintes considerações:

- Qualitativamente, ou seja, nos aspectos: disciplinas contempladas, conteúdos programáticos, capacidades dos professores, material didático, carga horária, entre outros, o curso vem desempenhando de forma satisfatória e cumprindo com o objeto firmado no Termo de Convênio. (INCRA, PRONERA, CRT/MT/008/2005 P.1650 a 1664)

- E com relação ao atendimento aos alunos com hospedagem, alimentação e despesas com deslocamento, previsto no Plano de Trabalho também foi constatado pela Asseguradora que vinha sendo cumprido pela Conveniente.

No entanto foi verificada no ato da fiscalização que o 5º módulo do curso estava previsto para dar início em **abril de 2007**, devido a diversos fatores inerentes a administração financeira do Convênio, houve atraso no início da etapa.

3 ENTRAVES NO PERCURSO DO CONVÊNIO.

Neste Capítulo abordam-se alguns entraves que ocorreram durante a execução do Convênio como a mudança da Instituição gestora, os Acórdãos 2008 e 2010 e uma pesquisa mostrando a insatisfação dos alunos.

3.1 MUDANÇA DE INSTITUIÇÃO GESTORA.

O presente Convênio celebrado entre o INCRA e a FAESPE com a interveniência da UNEMAT foi encerrado e para dar continuidades as atividades e ao módulo seguinte foi firmado um outro Convênio desta vez com a UNEMAT objetivando dar sequência ao Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sócio Economia Solidária para uma turma com 52 alunos jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária do Estado de Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Paraná.(INCRA, PRONERA, CRT/MT/008/2005 P.1650 a 1664)

Este novo Convênio deu continuidade às aulas do **módulo VI ao X** do Projeto original nº 008/2005, executado financeiramente pela Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE) o mesmo foi extinto e aberto um novo processo a parti do 6º módulo com o número **54240.005186/07-74**. Às fls. (178) publicação do Convênio no Diário Oficial da União seção 3 com vigência: **13/12/2007 a 31/07/2010** e assinado em **13/12/2007**. O valor total de **R\$ 590.820,30**. (quinhentos e noventa mil oitocentos vinte reais e trinta centavos) INCRA: **R\$ 537.109,36** (quinhentos e trinta e sete mil cento e nove reais e trinta e seis centavos) Contrapartida: **R\$ 53.710,94** (cinquenta e três mil setecentos e dez reais e noventa e quatro centavos) fls.(155) dos autos do processo.(INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.155)

Às fls. (287) o Superintendente Regional autorizou o pagamento do valor referente à primeira parcela do Convênio através da ordem bancária número **2008 OB902302** no valor de **R\$95.551,00** (noventa e cinco mil e quinhentos e cinquenta e um reais.) **em 31 de julho de 2008**. (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.287)

O 1º TA (Termo Aditivo) fls. (341/342) assinado em **18/11/2008** teve como objeto: prorrogar o prazo de vigência do mesmo, sendo que seu termino dar-se-á em **31/12/2010**, atualizar o Plano de Trabalho, realizar a alocação de recursos referentes à segunda parcela do Convênio e efetuar o pagamento. (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.341/342)

Às fls. (472) foi efetuado o pagamento referente à 2ª parcela no valor de R\$ **154.049,00** (cento e cinquenta e quatro mil e quarenta e nove reais) através da ordem bancária **OB800975** emitida em **03/06/2009**. (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.472)

Às fls. (1197 a 1226) relatório técnico de acompanhamento das atividades executadas no 6º módulo pelos asseguradores: **P.M** e **G.L.F.S** com visitas *in loco*, fizeram reuniões com o Coordenador do Curso e com os alunos, avaliaram o cumprimento da carga horária e das disciplinas previstas, foi colocada as dificuldades dos alunos na realização do 6º módulo, como o período correspondente ao fim do 5º módulo e o início do 6º, devido ao atraso no repasse do recurso por parte do Incra para a UNEMAT. As disciplinas ministradas no 6º módulo estavam em conformidade com o previsto no Projeto Básico e Plano de Trabalho conforme constam às fls. (1205) (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.1205)

Às fls. (1283) os Asseguradores que fizeram o acompanhamento à época verificaram que ao invés de 52 alunos, teriam de fato 49, houve desistência de 3 alunos, dois do Estado de Goiás e um do Distrito Federal. (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.1283)

Cronograma de pagamento do Convênio

Nº de parcelas pagas	Valores do Incra	Ordem Bancária	Data do Pagamento
1ª parcela	R\$ 95.551,00	2008OB902302	31/07/2008
2ª parcela	R\$ 154.049,00	2009OB800975	03/06/2009
3ª parcela	R\$ 249.600,00	Empenho 2009 NE 901754	Não liberado

Convênio 54240.005186/07

Constatamos pelos autos e no relatório extraído pelo SIAFI (Sistema de Administração Financeiro do governo federal) que a 3ª parcela não foi paga, sendo que a UNEMAT bancou com os custos da etapa final do curso. Às fls. (1640) a Analista Administrativa **P.B.A** em seu Parecer Técnico menciona “Tendo em vista que a Conveniente já executou o Convênio com recursos próprios” (...) (INCRA, PRONERA, 54240.005186/07-74 P.1640)

3.2 ACÓRDÃOS 2008 E 2010

OS ACÓRDÃOS Nº 2653/2008 E 3269/2010 E AS IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PRONERA.

Neste sub capítulo aborda-se sobre os impedimentos oriundos do Acórdão 2653/2008 que impossibilitaram a continuidade do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e

Economia Sócio Solidária em Mato Grosso e a reanálise do mesmo culminando com o Acórdão 3269/2010, e a nova proposta de educação que evidencia no PRONERA.

Conforme Gonçalves (2011) no ano de 2008, o PRONERA encontrou um obstáculo à sua efetivação quando o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou denúncias acerca de possíveis irregularidades existentes na forma de aplicação de recursos do Convênio firmado entre o INCRA e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE) para a realização do curso superior de Agronomia na UNEMAT.

“Os autos tratam de denúncias por meio da qual foram investigadas irregularidades na forma de aplicação de recursos pelo Incra no Projeto Acadêmico CAMOSC, especificamente, no curso superior de Agronomia oferecido aos assentados e filhos de assentado.” (Documento TCU, 2008)

Através do Acórdão 2653/2008-Plenário Sigiloso, determinou que ao invés de Convênios, o Incra passasse a utilizar contrato precedido de licitação para a formalização das parcerias do Pronera.

“9.4.3.2.iniba por meio de normas, cláusulas contratuais a fiscalização, qualquer possibilidade de que entre estranhos à Administração Pública, especialmente os movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, participem do planejamento, execução, acompanhamento, avaliação ou de outra forma de curso promovido. (Documento TCU, 2008,p1).

Segundo Teixeira (2011) nessa determinação imposta pelo Estado Brasileiro, os sujeitos sociais organizados em movimentos reivindicatórios são apontados enquanto entes estranhos a Administração Pública, devendo ser excluídos do processo da construção das políticas sociais do Estado.

“Expressa o caráter contraditório das políticas estatais, à medida que limita as conquistas sociais reconhecidas e legitimadas pelas suas próprias instâncias administrativas quando estimulam a parceria Estado-sociedade e nos documentos norteadores de políticas, em especial, de educação, incluem cláusulas relativas a participação popular.” (TEIXEIRA; 2011 p. 86)

No entanto, as determinações desse Acórdão do TCU foram impostas a todos os projetos vinculados ao Pronera elaborado a parti de então. O que causou prejuízos para a educação do campo, uma vez que dificultou sobretudo, a execução do Pronera, como evidenciado pelo seguinte excerto da carta resultante do IV Seminário Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizado em novembro de 2010 em Brasília.

“Tais limites têm provocado um grave estancamento à abertura de novos cursos seja na modalidade de educação de jovens e adultos-alfabetização, e escolarização básica, média e de educação superior. Há, atualmente mais de 50 projetos aprovados aguardando as mudanças desse contexto, especialmente os projetos a serem executados em parceria com universidades federais, estaduais, Escolas Família- Agrícola, Institutos de educação, secretarias estaduais e municipais de educação, que assegurariam escolas para 5 (cinco) mil pessoas e em muito contribuiriam para elevar o nível geral de escolaridade do povo brasileiro que vive no campo.” (PRO-

NERA. Carta do IV seminário Nacional: Compromisso pela Consolidação do Pronera, Brasília 05 de novembro de 2010)

Diante desse contexto, o INCRA interpôs pedido de reexame da decisão do TCU, que foi julgado parcialmente procedente, em 1º de dezembro de 2010. Seguindo a proposta do Ministro Relator, Augusto Nardes, foi revogada a exigência de contratos precedidos de licitação para a execução das parcerias do PRONERA e alterada a redação do item referente a participação dos movimentos sociais no referido Programa, passando a dispor:

9.4.3. Caso pretenda oferecer cursos a público específico afetos a sua área de atuação no âmbito do Pronera, inclusive no caso de Convênios já aprovados, mas com execução ainda não iniciada.

9.4.3.2. No prazo de 60 dias ajuste no manual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-Pronera, aprovado pela Portaria nº 282/2004 e outras normas correlatas visando a acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos/atividades realizadas no seu âmbito, a fim de impedir a recorrência das seguintes irregularidades:

9.4.3.2.1. Restrição à participação de alunos que não pertençam a determinado movimento social.

9.4.3.2.2. Inserção nos projetos educacionais de disciplinas ou atividades curriculares ou extracurriculares que visem à formação de técnicos militantes ou a concessão de privilégios indevidos a movimentos sociais ou entidades afins.

9.4.3.2.3. Previsão de indicadores de resultado qualitativos dos cursos tendo por base o acompanhamento político, pedagógico, técnico e social por parte dos movimentos sociais.

9.4.3.2.4. Previsão de avaliações dos discentes com base em seu comprometimento com os movimentos sociais.

9.4.3.3. Faça constar dos instrumentos de contratação exigência de que a instituição, ao selecionar professores destinados a ministrar aulas no curso, realize processo seletivo simplificado com ampla divulgação e concorrência pautando-se por critérios objetivos e transparentes e pelos princípios básicos da administração pública, mormente, os da impessoalidade e moralidade, impedindo que questões políticas, partidárias, filosóficas ou ideológicas influenciem a escolha do corpo docente. (Documento: Tribunal de Contas da União- Acórdão 3269/2010- Plenário. Brasília, 01 de dezembro de 2010)

Neste íterim foi editada a Lei 11.947/2009, que teve a sua instituição definitivamente autorizada pelo Congresso Nacional vinculando o Pronera ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sob a execução do Incra, verbis: “Artigo 33 O Poder Executivo fica autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- Pronera a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.”

De acordo, ainda com o parágrafo único do artigo supra, cabe ao Poder Executivo editar as normas de funcionamento, execução e gestão do Programa.

“Nesse contexto, de acordo com o atual manual, aprovado pelo Incra, o Pronera é uma política pública de educação do campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, que tem por objetivos fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política, cultural e ética.” (DOCUMENTO: TCU, Acórdão 3269/2010.p.20)

Através do Acórdão 3269/2010 o Tribunal de Contas da União reconheceu no caso específico do Projeto CAMOSC que o interesse institucional do INCRA, no bojo do Convênio 008/2005, consistia na missão de formar uma massa de assentados na área de Agronomia em Agroecologia que ao final do curso esses trabalhadores teriam condições de ajudar as famílias assentadas pelo Incra a desenvolverem técnicas de agricultura, manejo, cooperativismo, economia solidária etc.; visando a se tornarem mais produtivas.

Segundo Duarte (2008) as políticas públicas educacionais devem ser universalizantes, mas devem também ser específicas, para que determinados grupos vulneráveis da sociedade possam ter acesso aos direitos previstos nos documentos oficiais.

“É nesse contexto que se pode afirmar a constitucionalidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tem tido papel fundamental na redução das desigualdades sociais e regionais em nosso País, assegurando a formatação de políticas públicas diferenciadas que visem a garantir acesso à educação.” (DUARTE:2008 p.37)

Destacamos também, outro avanço para a educação do campo que foi a edição do Decreto nº 7.352 em 4 de novembro de 2010, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que consolidou o Programa, uma vez que o artigo 11 dispõe que o Pronera integra a política de educação do campo. Ou seja, o programa é transformado em política pública permanente.

“Art. 11. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, nos termos do art.33 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, integra a política de educação do campo”. (Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010)

O artigo 13 do referido Decreto amplia o rol dos beneficiários do Pronera, que anteriormente se restringia aos assentados e filhos de assentados da reforma agrária:

“Art.13. São beneficiários do PRONERA:

I – População jovem e adulta das famílias beneficiárias dos Projetos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNFC, de que trata o § 1º do art.1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;

II – Alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA;

III – Professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e

IV – Demais famílias cadastradas pelo INCRA.” (Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010)

Diante dessas modificações, em 31 de maio de 2011 o INCRA aprovou novo Manual de Operações do PRONERA, por meio da Portaria/Incrá nº 238/2011, atendendo às disposições do Decreto 7.352/2010 e às exigências do Acórdão 3.269/2010-Plenário do Tribunal de Con-

tas da União; o novo Manual de Operações passou a atender as determinações deste Acórdão a parti de 5 (cinco) itens:

- 1- Não pode haver restrição à participação de alunos que não pertençam a determinados movimentos sociais;
- 2- Não pode haver inserção, nos projetos educacionais, de disciplinas curriculares ou extracurriculares que visem à formação de técnicos militantes ou à concessão de privilégios indevidos a movimentos sociais ou entidades afins;
- 3- Não pode haver previsão de indicadores de resultados qualitativos dos cursos tendo por base o acompanhamento político, técnico e social por parte dos movimentos sociais;
- 4- Não pode haver previsão de avaliações dos discentes com base em seu comprometimento com os movimentos sociais;
- 5- Deverá constar dos instrumentos de contratação, exigência de que a Instituição, ao selecionar professores destinados a ministrar aulas do curso, realize processo seletivo simplificado com ampla divulgação e concorrência, pautando-se por critério objetivo e transparentes e pelos princípios básicos da administração pública, mormente da impessoalidade e moralidade, impedindo que questões políticas, partidárias, filosóficas ou ideológicas influenciem a escolha do corpo docente. (Manual do Pronera, 2012 p.19)

Diante de todas essas orientações que foram apontadas no Acórdão do TCU 3.269/2010, o manual e todas as normativas que norteiam o PRONERA foram modificadas para atender a determinação do Tribunal de Contas da União.

O PRONERA apresenta-se como ferramenta de intervenção educativa articulada à política de Reforma Agrária, com o objetivo de contribuir para enraizar o homem ao campo, privilegiando a aprendizagem que valoriza a cultura e o cotidiano rural, construindo identidade e fortalecendo o reconhecimento do campo como lugar de vida e trabalho.

3.3 INSATISFAÇÃO DOS ALUNOS.

No final do 8º módulo foi feito uma avaliação parcial do Tempo-Escola, com questionário qualitativo onde os educandos e educandos responderam perguntas que englobaram aspectos: econômicos, pedagógicos e administrativos sobre o curso e também uma questão de livre manifestação pessoal.

O questionário foi realizado com 10 educandos e educandas os quais não colocaram nomes, preservando a identidade dos(as) entrevistados (as).

Apresentamos o modelo do questionário: O mesmo foi realizado no dia 26/11/2009, na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

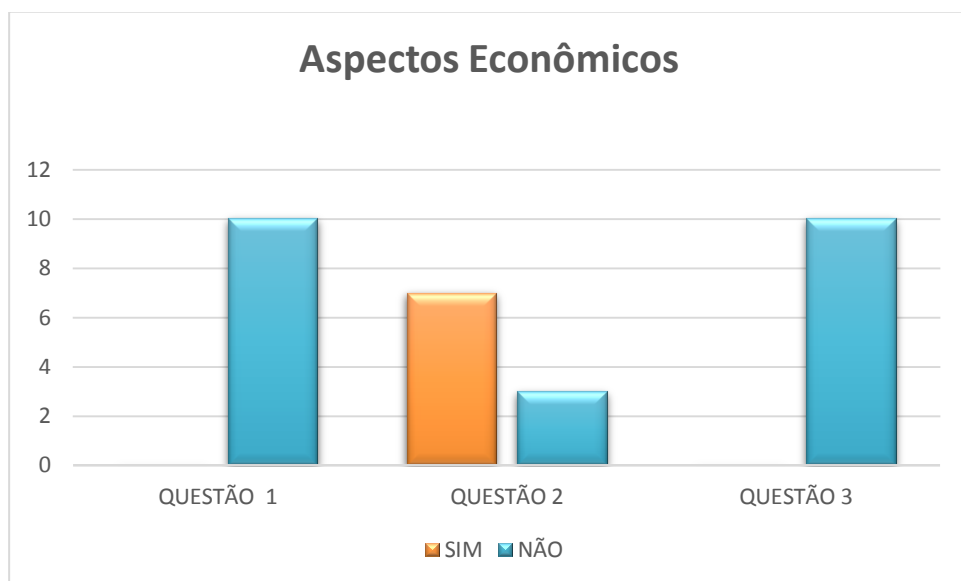
Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC

Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo

Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A- Aspectos Econômicos:

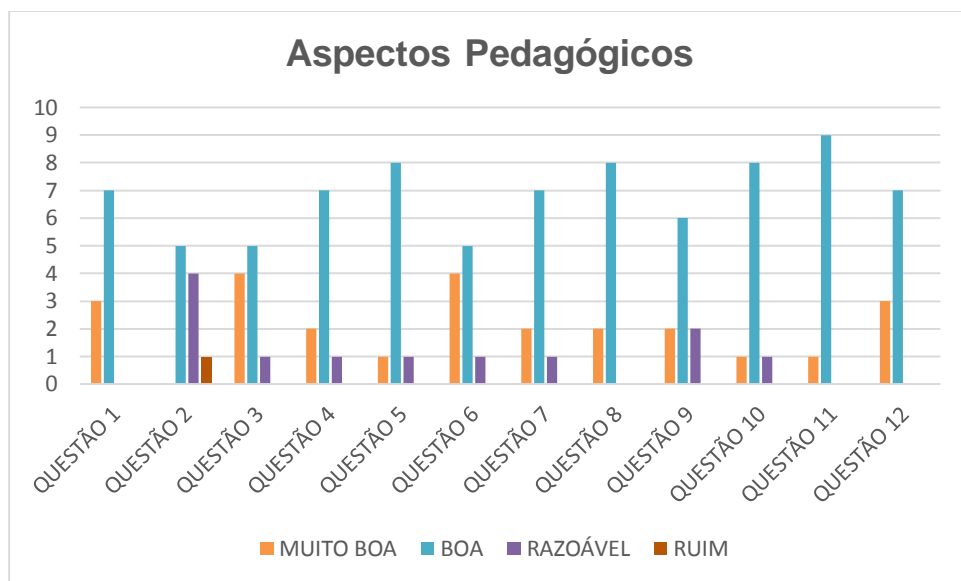
- 1- Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do Convênio? ()
Sim () Não
- 2- Recebeu alimentação provinda dos recursos do Convênio? ()Sim ()Não
- 3- Recebeu hospedagem provinda dos recursos do Convênio? ()Sim () Não



B- Aspectos Pedagógicos

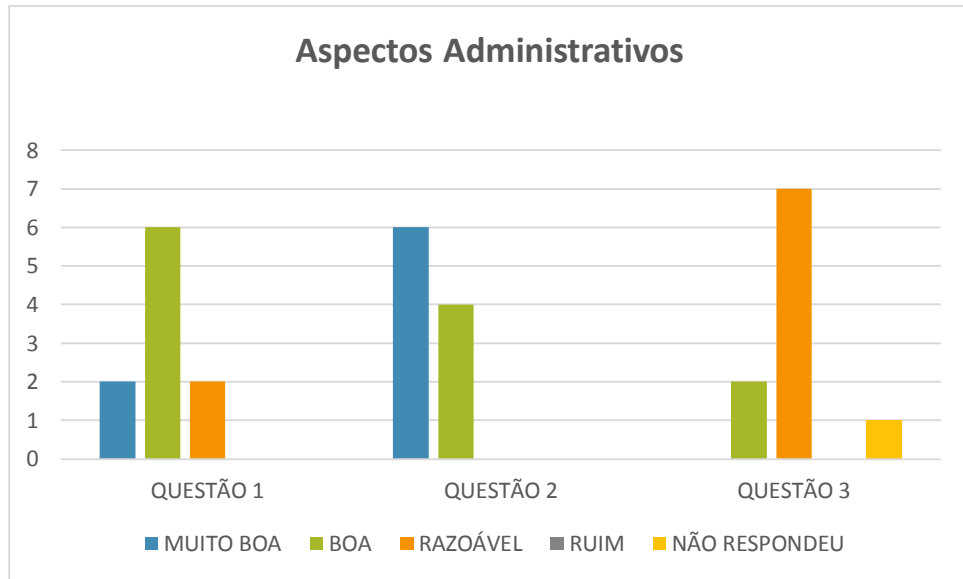
1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim

5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educando face ao PPP: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
7. Quanto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
11. Quanto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
12. Quanto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim



C. Aspectos Administrativos:

- 1- Quanto à coordenação geral do curso: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
- 2- Quanto à coordenação pedagógica do curso: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim
- 3- Quanto à coordenação financeira do curso: () Muito boa () Boa () Razoável () Ruim



A questão a seguir foi de livre manifestação pessoal de cada educando(a) para que pudessem falar sobre o que sentissem vontade de expressar naquele momento referente a etapa do curso, também não foi colocado nome dos entrevistados (as).

Elencamos a seguir fala dos educandos e educandas sobre o 8º módulo do curso.

- 1- *“O Incra está deixando a desejar com o combinado perante o curso, pois não libera o dinheiro da estadia e nem das passagens. Sabendo que não temos condições financeiras. Para termos que arcar com todas as despesas relacionadas com o curso e se tivéssemos condições faríamos a faculdade em nossos Estados e assim não passaríamos por humilhação da maneira que estamos passando. Tendo que brigar com o Incra para o que é nosso direito. Por não ter repassado o dinheiro do recurso para a UNEMAT nós ficamos prejudicados, nem as apostilas vamos levar para casa, para melhor realização dos trabalhos.”*
- 2- *“Uma das grandes dificuldades deste módulo está sendo a falta de material didático, que dificulta muito a realização dos trabalhos e certamente no trabalho Tempo Comunidade. Mas é preciso enfatizar também que estamos encarando este módulo com a organização coletiva que temos, para garantir a nossa estadia e com certeza a conclusão do nosso curso....”*
- 3- *“É necessário que o Incra junto à UNEMAT sejam mais práticos, para que se resolva a questão da liberação do recurso com mais agilidade.”*

- 4- *“Se tratando da parte pedagógica o curso está bom. A única coisa que prejudicou até agora foram os problemas financeiros e com isso, a demora na liberação dos recursos.”*
- 5- *“A alimentação não foi do módulo todo. A falta de agilidade no Convênio vem prejudicando o desenvolvimento do curso quanto a questões financeiras. Neste módulo arcamos com as despesas do Convênio que diz a passagem, estadia e parte da alimentação. Se lutamos por esse curso conveniado é por que não temos condições financeira de arcar com essas despesas e é um direito nosso, por isso exijo mais agilidade do Incra e UNEMAT, temos o direito e exigimos respeito”.*
- 6- *“8º módulo de luta e desafio econômicos e de resistência, falta compromisso/responsabilidade política dos parceiros dos projetos na prestação de contas; Coordenação pedagógica tem que estar mais frequente na turma; prestação de conta lenta, chega a demorar 9 meses para ser analisada, prejudicando o ensino pedagógico do curso.”*
- 7- *“1ª A maior indignação e perda desse curso é a falta de responsabilidade da administração financeira que já deixou a desejar, pelas burocracias impostas pelas legislações. Devido a falta de recurso no período certo temos pessoas que deixaram este curso, pois quem entrou nesse curso contava que haveria passagens e alimentação, hospedagem em todas as etapas, e com relação ao Incra de MT é uma “merda” conseguimos os recursos e fica no Incra parado depois fala que tem um processo de burocracia que tem que ser cumprido que na verdade é para ganhar dinheiro.....”*
- 8- *“Se estamos aqui hoje, 26/11/2009, nada mais que nosso mérito, pois ainda estamos estudando devido as nossas constantes lutas. Acredito ainda que consigamos terminar o CAMOSC com recursos inteiramente do PRONERA mesmo ou tenhamos que lutar por isso, pois isso sabemos fazer. A falta dos recursos para este módulo determina a qualidade de nosso aprendizado, pois não tivemos materiais didáticos apropriados, não tivemos recursos de alimentação e hospedagem deste módulo VIII.”*

- 9- *“O meu desejo é que este recurso seja liberado para que este curso seja concluído conforme estamos planejando, ou seja, em junho. Pois este distanciamento de tempo inviabiliza a produção do conhecimento aqui na academia”*
- 10- *“Referindo a esta etapa, fomos prejudicados por que a resposta sobre a análise feita da prestação de contas pelo Incra, demorou quase 2 meses, o que demonstra uma falta de respeito para com os educandos e educandas do curso, pois a universidade sabia do calendário do módulo e no entanto não agilizou a resposta para o Incra. Esta etapa para nós e mais uma que fizemos com nossos esforços, juntamente com algumas pessoas da Universidade que ainda são parceiros e aqui gostaria de destacar a pessoa do Reitor que nos tem apoiados durante estes anos. Este curso poderia ser realmente melhor se as partes, Incra e UNEMAT, realmente empenhasse, pois em muitos momentos nós estudantes e as organizações nos sentimos sozinhos e pior com sentimento de que estamos mendigando algo neste caso a educação que é para nós um direito...”*

Podemos constatar nas falas dos educandos(as) a indignação e o clamor por direito a uma educação de qualidade, nesse aspecto podemos verificar no artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”(Art. 6º, CF/88)

Portanto a educação é um direito fundamental de natureza social, pautado por princípios e diretrizes a serem observados pelo Poder Público para a sua implementação.

Segundo Arroyo (2012) quando lutam por escolas e universidades, pelo conhecimento científico ou por cursos de formação em espaços próprios ou na escola, na verdade buscam saberes que os ajudem a entender a verdade das experiências vividas. Os coletivos em disputa por conhecimentos, por interpretações conformes com as verdades tentam confrontar os conhecimentos, por interpretações conforme com a verdade tentam confrontar os conhecimentos das áreas curriculares com as verdades de suas experiências vivida.

“É significativo que, ao lutarem pelo direito ao conhecimento, sempre colocam essas lutas na ocupação dos espaços, das estruturas, dos territórios do conhecimento e no criar espaços próprios, alternativos. Como lutam pela vida, ocupando a terra, espaço de produção da vida.” (ARROYO,2012 p.227)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou fazer uma análise do Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Economia Sócio Solidaria, bem como mostrar as dificuldades e entraves que permearam a execução do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Mato Grosso e a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) .

O Convênio foi firmado inicialmente com a Fundação Estadual de Apoio ao Ensino Superior Público (FAESP) o qual foi extinto por contas de denúncias e irregularidades em que o Tribunal de Contas da União (TCU) apurou e que culminou com a edição do Acórdão 2.653/2008, trazendo vários prejuízos para os educandos (as) como também para os cursos em andamento no restante do País e sobre maneira a gestão democrática do PRONER, uma vez que inviabilizou a continuidades dos mesmos, a Suprema Corte de Magistrados através dessa decisão deixou centenas de educandos(as) e Instituições parceiras com Projetos Educacionais em andamentos paralisados.

O Poder Judiciário vem decidindo várias questões de larga repercussão política e social.

“Nas últimas décadas com a recuperação das garantias da Magistratura, o Judiciário deixou de ser um departamento técnico especializado e se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as Leis, inclusive em confronto com os outros Poderes. (Barroso, p.3)

Através de manifestações e clamores por parte de Instituições de Ensino, Movimentos Sociais e do próprio Incra foi feita uma reanálise do Acórdão 2.653/2008 e editado o Acórdão 3.269/2010, que trouxe modificações no Manual Operacional do PRONERA como também considerou a participação dos Movimentos Sociais na Gestão do Programa e retomou os cursos que haviam paralisados em todo Brasil.

O presente Curso de Agronomia em questão tinha uma proposta diferenciada em um Estado como Mato Grosso onde predomina uma agricultura voltada ao Agronegócio, o curso vinha com uma outra perspectiva de modelo de produção que luta contra os agrotóxicos, os latifúndios e a monocultura para um modelo voltado para o cultivo de alimentos saudáveis, tendo como base a agricultura familiar.

Desta forma, com a extinção do Convênio com FAESP, foi aberto um novo desta vez com a UNEMAT para dar continuidades às aulas dos módulos seguintes, para não prejudicar os educandos(as), mas esbarrou-se em um outro entrave, desta vez burocrático, a liberação dos recursos no tempo certo, conforme o cronograma de desembolso do convênio; o que

foi alvo de manifestação por parte dos movimentos sociais em busca de garantia de recursos para custear alimentação e hospedagem para dar continuidade ao curso.

No entanto podemos observar nas falas dos educandos(as), pelas entrevistas realizada para esta pesquisa, a indignação dos mesmos em virtude dos atrasos na liberação das parcelas do Convênio, culpando a inoperância do INCRA de Mato Grosso. A duras penas conseguiram finalizar o curso, com luta, garra e persistência, sendo que dos 60 educandos(as) que iniciaram o curso, constatamos pela ata de colação de grau que 47 conseguiram chegar ao término do curso de Agronomia. Considera-se o índice de desistência baixo, se comparado aos cursos regulares superiores, e levamos em conta as dificuldades que tiveram que enfrentar, em busca de direito por uma educação pública e de qualidade.

Podemos no entanto, mostrar através do presente trabalho que com todos os entraves verificados no percurso da execução do Curso o mesmo foi finalizado com sucesso.

Segundo Molina (2008) lutar por políticas públicas significa lutar por alargamento da esfera pública, lutar para que a educação não se transforme, como querem muitos hoje, em mercadoria, em serviço, que só tem acesso quem pode comprar, quem pode pagar.

“Lutar por políticas públicas para a Educação do Campo significa lutar para ampliar a esfera do Estado, para não colocar a educação na esfera do mercado.” (MOLINA 2008; p.27)

No entanto, compete o Poder Público a obrigação jurídica de viabilizar o direito à educação, deve portanto, garantir esse direito a todos e todas.

“O Estado deve ter uma postura ativa, intervencionista, para poder pensar em políticas específicas para os grupos em situação desfavorável”. (DUARTE: 2008, p.37)

O presente estudo não esgota aqui as possibilidades de conclusão, mas abre um leque de viabilidades para que outras pesquisas venham a dar continuidade a essa temática.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Educação Básica e Movimentos Sociais**. In: VV.AA. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília: UNB 15-52, 1990.
- ARROYO; Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes - 2012.
- BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. In: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/7433>, acesso em 08 de agosto de 2014.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 de novembro de 1964.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão TCU. Brasília: Relatório – 2008.
- CALDART; Roseli Salete, Organizadora. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Carta do IV Seminário Nacional: **Compromisso pela Consolidação do Pronera**, Brasília 05 de novembro de 2010).
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DISTRITO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manual do PRONERA**. Brasília, 2012.
- DUARTE, Clarice Seixas, A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo, in: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.) **Por uma Educação do Campo- Políticas Públicas caderno 7.**, Brasília, 2008.
- FOERSTE, Erineu, Organizadores, **Por uma Educação do Campo - Projeto Político - Pedagogia da Educação do Campo**. 1º Encontro do PRONERA na Região Sudeste - Caderno 6.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: ATLAS, 2002.
- GONÇALVES, Eloisa Dias. **Monografia Assentados na Universidade O Direito à Educação a partir da Turma Evandro Lins e Silva**. 2014. Universidade Federal do Paraná.

GRYNSZPAN, Mário. **A Questão Agrária no Brasil pós – 1964 e O MST**. In – O Brasil Republicano – O tempo da ditadura. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. <<http://incra.gov.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - PRONERA. Convênio CRT/MT/008/2005.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade: Fundamentos da Metodologia Científica 5ª edição, São Paulo, Editora ATLAS S.A.2003.

MOLINA, Mônica Castagna. *A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo*, in: SANTOS, Clarice Aparecida (Org) **Por uma Educação do Campo-Políticas Públicas** caderno 7, Brasília, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil**. História e Atualidade da Luta pela Terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3.ed. Cuiabá. EDUNIC, 2003.

SANTOS; Clarice Aparecida dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Editora Liber, 2012. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

TEIXEIRA,Michelle Freitas- Formação de Educadores de Campo: Concepções, Contradições e Perspectivas à Luz da Experiência do PRONERA e do Curso de Pedagogia da Terra/UFMA Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão 2011.

ANEXOS

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO QUALITATIVO DE AVALIAÇÃO PARCIAL
DO TEMPO-ESCOLA DO 8º MÓDULO – CAMOSC**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.morais@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? () Sim Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

*Se estamos aqui hoje, 26/11/2009, nada mais
que nosso mérito, pois ainda estamos estudando
devido as nossas constantes lutas.*

Cáceres, 26.11.2009

respeito para com os educandos educandos do curso, pois a universidade sabia do calendário do módulo e no entanto não agilizou a resposta p/ o INCRV.

Esta etapa p/ nós é mais uma que fizemos com nossos esforços, juntamente com algumas pessoas da universidade que ainda são parceiros e aqui gostaríamos de destacar a pessoa do Reitor que nos tem apoiado durante estes anos.

Este curso poderia ser realmente melhor se os parceiros, INCRV e UNEMAT fosse realmente empenhados, pois em muitos momentos nós estudantes e as organizações nos sentimos seguros e pior com sentimento de que estávamos medindo algo neste caso a educação, que é para nós um direito.

Por fim para nós finalizar este curso é um desafio grande e apoio que desejamos, lá, apesar de tantas pessoas que são contra dentro do UNEMAT e no INCRV. Apesar disso nós apoiamos a nossa luta e determinação é aqueles e aquelas que também não se somaram e estão se somando neste processo da educação destes sujeitos que durante os últimos 4 anos não têm medido esforços p/ estar no banco da universidade.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.moraes@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

**Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009**

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? (X) Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

O meu desejo é que este recurso seja liberado para que este curso seja concluído conforme estava planejado. ou seja em julho.

Cáceres, 26.11.2009



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.moraes@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? () Sim Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

*Se estamos aqui hoje, 26/11/2009, nada mais
que nosso mérito, pois ainda estamos estudando
devido as nossas constantes lutas.*

Cáceres, 26.11.2009

Acredito ainda que consigamos terminar o CAMOSC com recursos inteiramente do PRONERA mesmo se tenhamos que lutar por isso, pois isso sabemos fazer.

A falta dos recursos p/ este módulo determinou a qualidade do nosso aprofundado, pois não tivemos materiais didáticos apropriados, não tivemos recurso de alimentação e hospedagem deste módulo VIII.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.moraes@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim

D: LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

1º a maior indignação e perda desse curso é a falta de responsabilidade da administração financeira que foi deixada a dever, pelas Burocracias impostas pelas regulamentações.

Devido a falta de recursos no período certo tempo, pessoas que desistiram este curso, pois quem entrou neste curso

Cáceres, 26.11.2009

contoso que ~~de~~ deveria paragens, ali intereção, hospedagem em todas as etapas, E com relação ao incria MT e uma imenda conseguir os recursos e fica no incria parado depois fala que tem um processo de burocracia que tem ser cumprido que na verdade é gastar dinheiro.

E com relação a alimentação deve modulo e uma brigada que fizeram para a MEMA que fizeram um aditivo para liberar o restante de recurso da etapa anterior // alimentação porém a merma não é suficiente // toda a modulo ~~TTTT~~.

Dó espero que o recurso que está no encerra das duas etapas por irremovibilidade de uma não volte // Brasília o que não duvido.

A minha indignação que está aqui não equivale a 1% do que estou sentindo, mas escrever aqui não vai adiantar. O que vai adiantar é.....
~~TTTT~~



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.morais@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

- 8º módulo de luta - Desafios econômicos e de resistência política / prestação conta.
 - Salta Compromisso / responsabilidade dos Parceiros do Projeto
 - Coordenação Pedagógica tem que estar + frequente na Terma
- Cáceres, 26.11.2009



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.morais@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

**Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009**

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? (X) Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

Obs: a alimentação não foi do módulo todo - questão

2.

A falta de agilidade no convênio vem prejudicando o

Cáceres, 26.11.2009

desenvolvimento do curso quanto a questões financeiras. neste módulo arcamos com as despesas do convênio no que diz a passagem, estadia e parte da alimentação. Se lutamos por esse curso convênio é por que não temos condições financeiras de arcar com essas despesas e é um direito nosso, por isso exige mais agilidade do INCRA e UNEMAT, temos o direito e exigimos respeito.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.moraes@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? (X) Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

SE TRATANDO DA PARTE PEDAGÓGICA O CURSO ESTÁ BOM. A ÚNICA COISA QUE PREJUDICOU ATÉ AGORA FORAM OS PROBLEMAS FINANCEIROS E COM ISSO; A DEMORA NA LIBERAÇÃO DE RECURSOS.

Cáceres, 26.11.2009



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.morais@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento provindos dos recursos do convênio? () Sim Não
2. Recebeu alimentação provinda dos recursos do convênio? Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provinda dos recursos do convênio? () Sim Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

é necessário que o INCRA junto a UNEMAT sejam mais práticos, para que se resolva a questão da liberação do recurso com mais agilidade.

Cáceres, 26.11.2009



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.morais@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento providos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provida dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
3. Recebeu hospedagem provida dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face ao PPP: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso () Muito Boa () Boa (X) Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

D: LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

Cáceres, 26.11.2009

Uma das grandes dificuldades deste módulo foi ter a falta de material didático, que dificultou muito na realização dos trabalhos e certamente no trabalho.

Tempo Comunidade. Mas é preciso enfatizar também que estamos encarando este módulo com a organização coletiva que temos, para garantir a nossa estadia e com certeza a conclusão de nosso curso.

Tracamos um objetivo e vamos alcançá-lo, quer queiram, quer não, chegaremos lá.

Vencemos todos os empecilhos, desafios mas garantiremos a nossa formação.

Tudo isso, graças a nossa luta, nossa resistência, nossa coragem e determinação, não podemos contar com muitos; Pois na verdade as barreiras surgem de todos os lados.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO - SR-13/MT**

Telefone: 3644-1122/1714 ou 3644-1104 Ramal 220/248 Fax 3644-2359 CEP: 78050-970 e-mail: joao.moraes@cba.incra.gov.br
Endereço: Rua 08, Quadra 15, Centro Político Administrativo - CPA - www.incra.gov.br

Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – CAMOSC
Questionário qualitativo de avaliação parcial do Tempo-Escola do 8º módulo
Período do módulo: 03 de novembro a 12 de dezembro de 2009

A. ASPECTOS ECONÔMICOS:

1. Recebeu passagens para o deslocamento providos dos recursos do convênio? () Sim (X) Não
2. Recebeu alimentação provida dos recursos do convênio? (X) Sim () Não
3. Recebeu hospedagem provida dos recursos do convênio? () Sim (X) Não

B. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1. Quanto à qualidade do conteúdo já ministrado: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à qualidade do material didático: () Muito Boa () Boa () Razoável (X) Ruim
3. Quanto à qualidade do conhecimento dos professores: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
4. Quanto à qualidade comunicacional dos professores: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
5. Quanto à atitude dos educadores face ao PPP: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
6. Quanto à atitude dos educandos face o PPP: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
7. Qto à sintonia entre disciplinas dadas e o PPP () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
8. Quanto à carga horária das disciplinas já dadas: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
9. Quanto à relação teoria/prática () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
10. Quanto à interação educando/educador: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
11. Qto à aplicabilidade dos conteúdos à realidade: () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim
12. Qto à qualidade do espaço físico disponibilizado: (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim

C. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1. Quanto à coordenação geral do curso (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
2. Quanto à coordenação pedagógica do curso (X) Muito Boa () Boa () Razoável () Ruim
3. Quanto à coordenação financeira do curso () Muito Boa (X) Boa () Razoável () Ruim

D. LIVRE MANIFESTAÇÃO PESSOAL (Use, também, o verso da página)

O INCRA ESTÁ DEIXANDO A DESEJAR COM O COMBINADO PERANTE O CURSO, POIS NÃO LIBERA O DINHEIRO DA ESTADIA E NEM DAS PASSAGENS. SABENDO QUE NÃO

Cáceres, 26.11.2009

TEMOS ~~NOSSAS~~ condições Financeira. PARA TERMOS QUE ~~AR~~ ARCAR COM TODAS AS DESPESAS RELACIONADOS COM O CURSO E SE TIVESSEMOS CONDIÇÕES FARIAMOS A FACULDADE EM NOSSOS ESTADOS E ASSIM NÃO PASSARIAMOS POR humilhação da MANEIRA QUE ESTAMOS PASSANDO. TENDO QUE BRIGAR COM O INCURIA PARA O QUE É NOSSO DE DIREITO.

POR NÃO TER REPASSADO O DINHEIRO DO RECURSO PL A UNEMAT NÓS FICAMOS PREJUDICADOS, POIS NEM AS APOSTILAS VAMOS LEVAR PARA CASA, PARA MELHOR REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.

ANEXO B – ATA DE COLAÇÃO DE GRAU “TURMA ESPECIAL” DO CURSO DE AGRONOMIA

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
COORDENADORIA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES
SUPERVISÃO DE APOIO ACADÊMICO

19

02/07/10

Ata de Colação de Grau, dos Bacharelados em Agronomia “Turma Especial” da Universidade do Estado de Mato Grosso do Campus Universitário “Jane Vanini” de Cáceres.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, às vinte horas, na “Mapili Eventos”, nesta cidade, deu-se início à Cerimônia de Colação de Grau, sob a presidência do Magnífico Reitor, Professor Mestre Taisir Mahmudo Karim. O Curso de Agronomia Turma Especial encontra em processo de reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação e no aguardo da publicação de portaria que autorize o registro de diplomas. Após ter cumprido o juramento de estilo, foi outorgado o grau de Bacharéis em Agronomia à: Adenilson Martins Catelan, Alain José Marcon, Alex Teodoro Martello, Alexandre Junior da Silva, André Martins da Silva, Angélica Danielle Jará de Paula Ferreira, Antonia Elionete de Oliveira, Antonio Estancalim de Castilhos, Ariovaldo Ciriaco, Arlindo Dias Pereira, Celina Rodrigues do Nascimento, Claudinéia Leiros Oliveira, Cléia Pawlak, Cleilson Gomes de Souza, Devanir Oliveira Araújo, Dorivalino Savi Veronézi, Dulcimeire Lourdes Andrade, Edite Prates Souza, Edivaldo Carlos Angola, Edson da Costa Ramos, Elenice Oliveira Alves Silva, Fabio Augustinho da Silva, Gesabel Lopes de Souza, Gilmar Andrade da Silva, Gilson Aparecido Bonfim, João Batista Moraes de Lima, Juliana da Silva Bispo, Juscelaine Casemiro Fernandes, Lazaro Primo Pereira, Leandra Carla Fernandes, Lindomar Oliveira Alves, Marcos Chaves, Maria Aparecida Leal Campos, Milane Souza Lopes, Regiane Aparecida Moura da Silva, Reulimar da Silva Pereira, Sidnei Martins Neves, Silvana Cipriano da Rocha, Valdeir Alves de Souza, Valdemir Ferreira dos Santos, Valdinei Rodrigues, Valdir Alves, Valdir Alves da Silva, Valter de Souza Mello, Vilmar Costa Aguiar, Wildney Alves de Almeida, Zézito Antonio de Souza. E para constar lavrou-se a presente ata, que vai assinada por mim, Marilene Augusta Leite, Chefe da Supervisão de Apoio Acadêmico e demais autoridades acadêmicas presentes.

Cáceres-MT, 02 de julho de 2010.

Marilene Augusta Leite
Superv. de Apoio Acadêmico
Unemat - Campus Univ. Cáceres
Mat. 530

*Turma Especial
Agronomia
02/07/10*

Campos

Adenilson Martins Catelan

Alain José Marcon

Alex Teodoro Martello

André Martins da Silva

Angélica Danielle Jará de Paula Ferreira

Antonio Estancalim de Castilhos

Ariovaldo Ciriaco

Arlindo Dias Pereira

Celina Rodrigues do Nascimento

Claudinéia Leiros Oliveira

Cléia Pawlak

Cleilson Gomes de Souza

Devanir Oliveira Araújo

Dorivalino Savi Veronézi

Dulcimeire Lourdes Andrade

Edite Prates Souza

Edivaldo Carlos Angola

Edson da Costa Ramos

Elenice Oliveira Alves Silva

Fabio Augustinho da Silva

Gesabel Lopes de Souza

Gilmar Andrade da Silva

Gilson Aparecido Bonfim

João Batista Moraes de Lima

Juliana da Silva Bispo

Juscelaine Casemiro Fernandes

Lazaro Primo Pereira

Leandra Carla Fernandes

Lindomar Oliveira Alves

Marcos Chaves

Maria Aparecida Leal Campos

Milane Souza Lopes

Regiane Aparecida Moura da Silva

Reulimar da Silva Pereira

Sidnei Martins Neves

Silvana Cipriano da Rocha

Valdeir Alves de Souza

Valdemir Ferreira dos Santos

Valdinei Rodrigues

Valdir Alves

Valdir Alves da Silva

Valter de Souza Mello

Vilmar Costa Aguiar

Wildney Alves de Almeida

Zézito Antonio de Souza

Marilene Augusta Leite



Cerimônia de Colação de Colação de Grau dos Bacharéis em
Agronomia "Turma Especial" da Universidade do Estado de Mato
Grosso realizada na "Mapili Eventos" às vinte horas do dia dois de julho
de dois mil e dez.

Adenilson Martins Catelan	Adenilson Martins Catelan
Alain José Marcon	Alain José Marcon
Alex Teodoro Martello	Alex Teodoro Martello
Alexandre Junior da Silva	Alexandre Junior da Silva
André Martins da Silva	André Martins da Silva
Angélica Danielle Jará de Paula Ferreira	Angélica Danielle Jará de Paula Ferreira
Antonia Elionete de Oliveira	Antonia Elionete de Oliveira
Antonio Estancalim de Castilhos	Antonio Estancalim de Castilhos
Ariovaldo Ciriaco	Ariovaldo Ciriaco
Arlindo Dias Pereira	Arlindo Dias Pereira
Celina Rodrigues do Nascimento	Celina P. do Nascimento
Claudinéia Leiros Oliveira	Claudinéia Leiros Oliveira
Cléia Pawlak	Cléia Pawlak
Clemilson Gomes de Souza	Clemilson Gomes de Souza
Devanir Oliveira Araújo	Devanir O. Araújo
Dorvalino Savi Veronézi	Dorvalino Savi Veronézi
Dulcimeire Lourdes Andrade	Dulcimeire Lourdes Andrade
Edite Prates Souza	Edite Prates Souza
Edivaldo Carlos Angola	Edivaldo Carlos Angola
Edson da Costa Ramos	Edson da Costa Ramos
Elenice Oliveira Alves Silva	Elenice O. Alves Silva
Fabio Augustinho da Silva	Fabio Augustinho da Silva
Gesabel Lopes de Souza	Gesabel Lopes de Souza
Gilmar Andrade da Silva	Gilmar Andrade da Silva
Gilson Aparecido Bonfim	Gilson Aparecido Bonfim
João Batista Morais de Lima	João Batista Morais de Lima
Juliana da Silva Bispo	Juliana da S. Bispo
Jusceldaine Casemiro Fernandes	Jusceldaine Casemiro Fernandes
Lazaro Primo Pereira	Lazaro Primo Pereira
Leandra Carla Fernandes	Leandra Carla Fernandes
Lindomar Oliveira Alves	Lindomar Oliveira Alves
Marcos Chaves	Marcos Chaves
Maria Aparecida Leal Campos	Maria Aparecida Leal Campos



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
COORDENADORIA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÂCERES
SUPERVISÃO DE APOIO ACADÊMICO



21

Milane Souza Lopes
Regiane Aparecida Moura da Silva
Reulimar da Silva Pereira
Sidnei Martins Neves
Silvana Cipriano da Rocha
Valdeir Alves de Souza
Valdemir Ferreira dos Santos
Valdinei Rodrigues
Valdir Alves
Valdir Alves da Silva
Valter de Souza Mello
Vilmar Costa Aguiar
Wildney Alves de Almeida
Zézito Antonio de Souza

Milane Souza Lopes
Regiane Aparecida Moura da Silva
Reulimar da Silva Pereira
Sidnei Martins Neves
Silvana Cipriano da Rocha
Valdir Alves de Souza
Valdemir Ferreira dos Santos
Valdinei Rodrigues
Valdir Alves
Valdir Alves da Silva
Valter de Souza Mello
Vilmar Costa Aguiar
Wildney Alves de Almeida
Zézito Antonio de Souza